

A ARQUITETURA ESCOLAR COMO INSTRUMENTO DE GARANTIA DE APRENDIZAGENS: IMPLICAÇÕES EM UMA ESCOLA QUILOMBOLA DO MUNICÍPIO DE VITÓRIA DA CONQUISTA-BA

Niltânia Brito Oliveira

Universidade Estadual de Santa Cruz-UESC
africa.niltania@gmail.com

Cândida Maria Daltro Alves

Universidade Estadual de Santa Cruz-UESC
candida_alves@yahoo.com.br

Gilma Benjoino Oliveira

Universidade Tecnológica Nacional General Pacheco-UTNFRGP
gbenjoino@yahoo.com.br

Marcolino Sampaio Dos Santos

Escola Superior de Teologia-EST
marcokerigma3@hotmail.com

Karine Barbosa dos Santos

Faculdade Independente do Nordeste-FAINOR

Resumo: Este artigo faz parte dos estudos promovidos pela Disciplina Gestão do Espaço Escolar Público e a Interação com a Comunidade e de um mapeamento realizado em uma Escola Quilombola do Município de Vitória da Conquista-Ba. Sobre a importância da arquitetura escolar compreendendo-a como espaço de aprendizagem e como este espaço está sendo pensado pela gestão da educação deste município. O objetivo foi coletar dados que após análise contribuirão para uma adequação e ressignificação dessa escola quilombola. A relevância se dá justamente na compreensão de que os padrões arquitetônicos para as escolas precisam estar em consonância com o projeto-político-pedagógico dessas mesmas escolas, visando sua adequação ao previsto na legislação e a garantia de que os alunos quilombolas estudem em um espaço prazeroso, digno, onde eles possam sentir-se pertencentes, apto às suas aprendizagens neste ambiente escolar.

Palavras-chave: Arquitetura Escolar; Escola Quilombola; Projeto Político Pedagógico.

Introdução

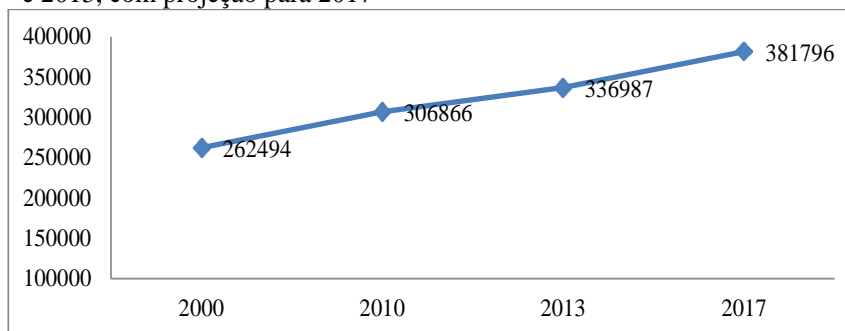
Este artigo apresenta discussões a partir da Disciplina Gestão do Espaço Escolar Público e a Interação com a Comunidade e os resultados de um mapeamento realizado em uma Escola

Quilombola Lírio das Flores pertencente à Rede Municipal de Educação do Município de Vitória da Conquista-Ba. Na primeira etapa faremos uma breve contextualização do Município de Vitória da Conquista, situando as escolas quilombolas quem são os sujeitos quilombolas dessa mesma escola. Na segunda etapa, faremos uma discussão sobre a arquitetura escolar e a sua importância no processo de construção de espaços físicos e ambientes escolares adequados para que o aprendizado ocorra de forma significativa na vida dos alunos, aqui em especial, aos alunos quilombolas pertencentes à classe trabalhadora que ainda vê seus direitos sendo desrespeitados bem como, a arquitetura escolar pensada a partir do projeto político pedagógico da escola. Por último, será feita a análise dos dados coletados no mapeamento e as conclusões provenientes dessas reflexões, no sentido de contribuir para melhoria dos ambientes escolares das crianças quilombolas da Escola Municipal Lírio das Flores no Município de Vitória da Conquista-Ba.

Contextualização do Município de Vitória da Conquista-Ba e as Escolas Quilombolas

Vitória da Conquista é um município localizado na região Sudoeste. De acordo com estimativa realizada pelo IBGE, em 2013, o Município de Vitória da Conquista possuía 336.987 habitantes. Aplicando a mesma taxa de crescimento estimada pelo IBGE para o período de 2010-2013, foi projetada uma população total de 381.796 habitantes para 2017. O Gráfico abaixo apresenta o crescimento da população total do município entre 2000 e 2013 e a projeção para 2017:

Gráfico 1: Crescimento Populacional de Vitória da Conquista entre 2000 e 2013, com projeção para 2017



Fonte: Elaboração das autoras a partir de dados do IBGE, 2017.

Percebe-se que é um município relativamente grande com uma população ascendente considerável e relevante do ponto de vista do aumento populacional. Isto implica diretamente nos

serviços oferecidos pelo município à população local e quanto à garantia do direito a educação em Vitória da Conquista a rede municipal de ensino está organizada para atendimento desse direito da seguinte forma, atualmente são 202 escolas no meio rural e urbano, sendo que no meio urbano são 85 escolas e creches e o meio rural 117 escolas, das quais 26 estão localizadas áreas quilombolas devidamente reconhecidas pela Fundação Palmares.

Para falar das escolas quilombolas é necessário situar seus sujeitos e sua origem através da resolução 08 de 2012 que institui as Diretrizes Curriculares para a Educação Escolar Quilombola. Originária do campo, a Educação Escolar Quilombola no Brasil surgiu das pressões das organizações do Movimento Quilombola e do Movimento Negro que trazem essa problemática à cena pública e política e a colocam como importante questão social e educacional. Existem princípios constitucionais que atestam o direito das populações quilombolas a uma educação diferenciada. A Constituição Federal de 1988, no Art. 208, I, assegura a todos em idade escolar “Ensino Fundamental, obrigatório e gratuito, garantida, inclusive, sua oferta gratuita para todos os que a ele não tiverem acesso na idade própria” e afirma ainda no inciso VII, § 3º, ser competência do poder público “recensar os educandos no Ensino Fundamental, fazer-lhes a chamada e zelar, junto aos pais ou responsáveis, pela frequência à escola”. No Art. 210, a Constituição Federal diz: “Serão fixados conteúdos mínimos para o Ensino Fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais” (BRASIL.1988), garantindo que a escola levará em conta a cultura da região onde está inserida.

No artigo 8º os princípios da Educação Escolar Quilombola deverão ser garantidos por meio das seguintes ações:

- I - construção de escolas públicas em territórios quilombolas, por parte do poder sem prejuízos da ING e ações comunitárias.
- II- Adequação da estrutura física das escolas ao contexto quilombola, considerando os aspectos ambientais, econômicos e socioeducacionais de cada quilombo.
- III - garantia de condições acessibilidade nas escolas.

Os princípios acima expostos deixam clara a importância de se observar os padrões arquitetônicos escolares para que estejam de acordo as especificidades desse público, a necessidade de construção dos espaços físicos das escolas quilombolas e às adequações nos ambientes é preponderante também para firmar a identidade dos quilombolas.

Segundo Gonçalves (1999, p.46),

A organização do espaço escolar, como expressão de uma concepção de homem e de mundo, tanto pode contribuir para a manutenção e reprodução do imaginário social legitimando uma “ordem”, cuja raiz se baseia em uma relação de dominação, como pode suscitar a reação e a construção de uma alternativa de mundo e de sociedade.

Os quilombolas são sujeitos oriundos do Campo com características próprias que utilizam a terra como patrimônio natural indispensável ao seu modo de vida. Assim, a educação proposta a esse público em específico precisará compreender suas especificidades principalmente no que se refere ao modelo de arquitetura escolar que se tem atualmente dentro dos quilombos, uma vez que se constata a ineficiência do Estado em garantir e legitimar o direito dos alunos quilombolas de estudarem em espaços adequados e pensados a partir de seu modo de vida e de intervenção no mundo. Enquanto que o que vemos, são escolas sem um mínimo de estrutura, muitas vezes com apenas uma sala de aula, sem biblioteca, refeitório, sala para o professor, sem parques infantis, etc. Ainda segundo Gonçalves (1999, p. 18), “É possível afirmar-se que o empobrecimento da rede física escolar pública é resultado visível do modelo de desenvolvimento econômico, social e político do Brasil.” O autor salienta que o modelo que se tem em escolas públicas não atendem as exigências arquitetônicas e não são pensadas para esse atendimento, pois sofrem influências do modelo econômico, político e social do Brasil, o que descaracteriza a realidade local. E isso, se configura com maior visibilidade nas escolas oriundas dos quilombos brasileiros onde a infraestrutura é deficitária e inadequada.

A Arquitetura Escolar e a sua Importância no processo de Construção de Espaços Físicos e Ambientes Escolares a partir do Projeto político pedagógico dentro das Escolas Quilombolas

Faz-se necessário compreender o processo estrutural da educação para assim, poder intervir de forma a solucionar o problema. A escola pública no Brasil tem um modelo arquitetônico prisional. Michel Foucault, filósofo Francês, já havia estudados os males que este tipo de arquitetura causa ao indivíduo. Para ele, este tipo de arquitetura é uma arquitetura de esquadramento, da observação, da disciplina, do controle, cujo único objetivo e controlar os indivíduos criando seres dóceis e serviçais ao mercado de trabalho. (SCHMIDT e MAGRO (2012 p. 18)),

Segundo Schmidt e Magro (2012) mesmo os espaço já definidos, mas a partir do momento em que este espaço vai sendo ocupado, toma diversos significados. O espaço vai tornando-se lugar à medida que vai sendo ocupado, utilizado por diferentes atores e criando particularidades próprias.

Segundo Gonçalves (1999), o espaço escolar do ponto de vista histórico, isto é, considerando-o como construção humana situada no tempo e no território, nos permite ler na arquitetura escolar as marcas do seu tempo, como um lugar de relações humanas, no caso da escola, relação pedagógica – que vai traduzindo a forma como a sociedade se organiza, qual visão de mundo é hegemônica e quais suas contradições. Assim, o espaço escolar passa a ser considerado como um documento material, visível, que expressa os estilos, gostos, costumes, do passado e do presente. É, portanto, de histórias nossas. As descrições de escolas contadas em verso e prosa revelam imagens, lembranças do passado.

A autora supracitada vai dizer que os espaços arquitetônicos, enquanto ação humana está além da função de abrigar da chuva, do calor, do frio. Os espaços construídos têm a ver com tudo aquilo que os homens, que são sujeitos históricos de um tempo, desejam para o seu tempo e futuro também para seus filhos. Assim, a casa da escola, onde acontece a educação que foi concebida, desde o senso comum até os mais elaborados pensamentos, como uma “esperança de futuro”, de ascensão social, guarda sempre lembranças muito fortes. Guarda marcas de um tempo, de projetos de vida. Daí a importância da compreensão que os quilombolas são sujeito oriundos do Campo com saberes, vivências e valores culturais distintos e fundamentais para a sua formação, pertencimento e existência nesta sociedade que historicamente os relegaram as condições de sujeitos de direitos e por isso, encontra-se desprovidos de direitos fundamentais como educação de qualidade e durante muito tempo permaneceram a margem nesta sociedade capitalista.

Kowaltowski (1980, p. 89) vai dizer que:

O ambiente escolar nas instituições da atualidade depende fundamentalmente do sistema educacional, da pedagogia adotada, dos objetivos dos recursos aplicados e da dinâmica da sociedade, bem como dos avanços científicos e tecnológicos.

Isto faz com que nos despertemos para a reflexão de qual pedagogia ou pedagogias que as escolas estão sendo implementadas dentro desses ambientes escolares, e se os objetivos educacionais estão

em consonância com a realidade e as especificidades de seus alunos, neste caso aqui, os alunos quilombolas.

Possato e Zan (2014), afirmava que a arquitetura deve ser facilmente compreensível para as pessoas, por estar relacionada à vida cotidiana do homem. O arquiteto deve buscar formas e elementos que estimulem a relação homem/ambiente.

Assim, as escolas quilombolas devem estar organizadas em seus ambientes de acordo a sua vida cotidiana para que a compreensão desses espaços escolares possa facilitar a aprendizagem de seus alunos e para isso é necessário uma pedagogia voltada para as especificidades dos sujeitos quilombolas.

Segundo Kowaltowski (2011, p. 26),

A educação de qualidade depende de um ambiente de ensino com um grande número de componentes que devem trabalhar em sintonia com o objetivo de aprofundar e ampliar o aprendizado dos alunos. O ambiente depende das características das pessoas presentes, do sistema educacional adotado, do suporte da comunicação e da infraestrutura disponível.

A autora supracitada salienta que a educação de qualidade perpassa por vários elementos fundamentais como do sistema educacional adotado, da infraestrutura, dentre outros. Desta forma é urgente que o poder público assuma a sua responsabilidade de materializar nos espaços escolares públicos a partir de um projeto arquitetônico que esteja previsto no projeto político pedagógico da escola, atendendo todas as características indispensáveis a uma educação verdadeiramente de qualidade como: questões que envolvam a gestão da escola, a participação efetiva de todos os escolares, das famílias, dos alunos, da comunidade, das questões pedagógicas, de infraestrutura, econômicas e sociais.

Análises de dados coletadas da Escola Municipal Lírio das Flores dentro do quilombo de Vitória da Conquista-Ba

Vitória da Conquista é um município localizado na região Sudoeste. De acordo com estimativa realizada pelo IBGE, em 2013, o Município de Vitória da Conquista possuía 336.987 habitantes. Aplicando a mesma taxa de crescimento estimada pelo IBGE para o período de 2010-2013, foi projetada uma população total de 381.796 habitantes para 2017.

A rede municipal de ensino está organizada para atendimento desse direito da seguinte forma, atualmente são (202) duzentas e duas escolas no meio rural e urbano, sendo que no meio urbano são (85) oitenta e cinco escolas e creches e o meio rural (117) cento e dezessete escolas, das quais (26) vinte e seis estão localizadas áreas quilombolas devidamente reconhecidas pela Fundação Palmares.

Dentre as (26) vinte e seis escolas quilombolas, está a Escola Municipal Lírio das Flores está situada no Campo do Município de Vitória da Conquista a 74 km da sede do município. Ela foi construída no quilombo do Coqueirinho que atualmente foi reconhecida e certificada pela Fundação Palmares. Esta escola quilombola atende a (84) oitenta e quatro alunos distribuídos no matutino e vespertino, no matutino são (43) quarenta e três alunos do Ensino Fundamental I atendendo aos 1º ao 2º ano e no vespertino são atendidos (41) quarenta e um alunos do Ensino Fundamental I dos 3º ao 5º ano. A escola possui apenas uma professora com carga horária de (40) quarenta horas semanais, a mesma fica durante toda semana no quilombo devido à distância da sede do referido município.

Segundo Gonçalves (1999, p.56) “Arquitetura: o projeto desenhado pelo arquiteto, como a obra construída com seus espaços natural e artificial, aberta e fechada, planos e curvos e, sua utilização e apropriação social pelos usuários”. Arquitetura Escolar constitui-se no espaço físico onde a educação formal acontece; o espaço que abriga uma determinada relação social e humana: uma relação pedagógica.

A autora traz um conceito de arquitetura escolar bastante relevante pelo seu significado, por salientar que as relações humanas são as que irão definir esse ambiente escolar assim, as figuras abaixo busca preliminarmente mostrar a planta baixa pensada inicialmente para a Escola Municipal Lírio das Flores.



Figura-1 Planta Baixa da Escola Quilombola

Fonte: SMED. Ano 2017



Figura-2 Planta Baixa da Escola Quilombola

Fontes: SMED. Ano 2017

De acordo as duas plantas baixa da Escola Municipal Lírio das Flores é correto afirmar que ela deveria possui (5) cinco salas de aulas, (1) uma secretaria, (3) três banheiros (1) um masculino, (1) um feminino e (1) um para o professor, (1) cozinha e (1) pátio.

Em visita realizada a escola percebe-se que de acordo a planta baixa da escola o que foi construído não está em consonância com o projeto original da planta, o número de cômodos previstos não foram construídos a exemplo da secretária e das salas de aulas as quais constam na planta baixa da escola, mas não existem estes espaços devidamente construídos. Das (5) cinco salas de aulas, apenas (2) duas foram construídas e estão em funcionamento, as demais não foram materializadas através de sua construção. Não existem refeitório nem biblioteca, não há banheiro para deficiente, a escola não possui água encanada e utiliza a água captada da chuva por meio de uma cisterna construída dentro do espaço da escola para fazer a merenda e limpar a escola, não há depósito para materiais diversos. A escola precisa de manutenção como reboco e pintura das paredes, pois as mesmas estão desgastadas devido à falta de manutenção periódica de suas instalações. Assim, percebe-se que esta escola não foi estruturada com base na participação dos

alunos, professores, pais de alunos e comunidade local, pois a quantidade de alunos não está em consonância com a quantidade de salas idealizadas pelo poder público municipal. Observe nas figuras- 3 e 4 abaixo imagens dessa escola:



Figura-3 Planta Baixa da Escola Lírio das Flores
Fonte: SMED. Ano 2017



Figura- 4 Planta da Escola Lírio das Flores
Fontes: SMED. Ano 2017

Vale ressaltar que a escola necessita de ressignificação de seus ambientes escolares na medida em que, não foi planejada e não está pautada no projeto político pedagógico dessa mesma escola, não foi pensada a partir dos seus sujeitos e encontram-se inadequados com a falta de espaços adequados ao verdadeiro ambiente escolar propício para o aprendizado. Uma alternativa seria reunir toda comunidade escolar e também local para pensarem esses espaços que precisam de adequação e ressignificação daí, exigir que o poder público cumpra o que está previsto nas normativas a nível Municipal e Federal além de utilizar toda a área verde em torno da escola para construir um jardim, com assentos para as crianças, um parquinho infantil com pneus velhos seria alternativa para a área verde do entorno da escola. Cabe à gestão escolar juntamente com todos desta mesma escola perceber e compreender os espaços escolares como sendo fundamental para o desenvolvimento das aprendizagens dos alunos.

Considerações finais

O Brasil possui uma dívida histórica com as populações do campo e dentre estas estão os quilombolas pela omissão do Estado em garantir os seus direitos de permanência e condições de vida digna. Assim, a resolução 08 de 2012 que institui as Diretrizes Nacionais Curriculares para a Educação Escolar Quilombola, encontra-se aí, na resposta do Estado para a garantia do direito dos povos quilombolas de ter uma educação de qualidade, que garanta a sua emancipação buscando atender suas especificidades próprias constituídas no decorrer de sua trajetória histórica. Os dados analisados neste artigo revelaram uma realidade local inadequada dessa escola quilombola do ponto de vista do que é previsto nesta resolução no que tange a infraestrutura das escolas quilombolas.

Cabe aos gestores municipais conjuntamente com toda comunidade escolar e local fazer as adequações legais para ressignificar e recontextualizar esses ambientes escolares a partir do projeto-político-pedagógico permitindo assim, que os alunos quilombolas do Campo possam estudar em locais adequados ao seu pleno desenvolvimento e a garantia de suas aprendizagens.

Referências

BRASIL. Constituição. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010/IBGE**. Vitória da Conquista, BA, 2017.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2013/IBGE**. Vitória da Conquista, BA, 2017.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Censo Demográfico 2015/IBGE**. Vitória da Conquista, BA, 2015.

_____. Parecer CNE/CEB nº 16/2012. **Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola**. Brasília, 2012.

GONÇALVES, Rita de Cássia. **Arquitetura Escolar: A Arquitetura Escolar: como materialidade do direito desigual à educação.** Florianópolis, 1999.

KOWALTOWSKI, Doris C.C. K. **Arquitetura escolar: o projeto do ambiente de ensino.** São Paulo: Oficina de Textos, 2011.

POSSATO, ZAN. Dirce e Beatris Cristina. **Espaços Cerrados: as Marcas da Violência e do Controle na Arquitetura das Escolas.** Revista e-Curriculum, São Paulo, 2014.

SCHMIDT, MAGRO. Ivone T e Emerson. **O Gestor e a Organização do Espaço Escolar.** XVI ENDIPE - Encontro Nacional de Didática e Práticas de Ensino - UNICAMP - Campinas – 2012.

VITÓRIA DA CONQUISTA. Secretaria Municipal da Educação. Setor de Legalização e Estatística da SMED. Vitória da Conquista, 2017.